

# SOB O SIGNO DA CRISE: O CONTRIBUTO DA TEORIA DA REGULAÇÃO PARA AS PROBLEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO

MARIA JOÃO RODRIGUES \*

A teoria da regulação emergiu sob o signo da crise. Ela constitui-se justamente para tentar superar a incapacidade dos *corpus* tradicionais da ciência económica<sup>1</sup> no sentido de explicar a especificidade da crise actual. «Do ponto de vista teórico, a crise é primeira»<sup>2</sup>. Em termos mais precisos, esta teoria desenvolveu-se progressivamente a partir de três paradoxos maiores<sup>3</sup>:

- porquê e como, numa determinada formação económica, se passa de um crescimento forte e regular a uma quase estagnação e a uma instabilidade dos encadeamentos conjunturais?
- como explicar que crescimento e crise assumam formas nacionais significativamente diferentes?
- por que razões, para além de certos invariantes gerais, as crises se revestem de aspectos contrastados ao longo do tempo e, por exemplo, são diferentes no século XIX, entre as duas guerras mundiais e actualmente?

Trata-se, em suma, de procurar explicar o *porquê* das crises e a sua variabilidade no tempo e no espaço. Ora esta problemática insere-se inevitavelmente numa mais vasta: a da variabilidade no tempo e no espaço das dinâmicas económicas e sociais. Neste sentido, a teoria da regulação retoma a intuição marxista de que os sistemas económicos não se reproduzem por si, desinseridos de relações sociais e de instituições historicamente mutáveis. O conceito de *regulação* visa justamente abranger a conjunção dos mecanismos que explicam a reprodução do sistema económico tendo em conta as estruturas económicas e as formas sociais que o caracterizam.

Originalmente centrada na história longa dos países capitalistas desenvolvidos, a corrente da regulação tem vindo a estender o seu campo de análise aos países do Terceiro Mundo e à própria estruturação da economia

---

\* Docente no ISCTE.

mundial. Em qualquer dos casos, a sua ambição não é só explicativa mas também prospectiva: a crise é entendida aqui não apenas como um complexo de bloqueios e de disfunções, mas sobretudo como um gigantesco processo de experimentação social, como um gigantesco processo de transição, em busca de um outro *modo de desenvolvimento*, cujos perfis possíveis urge vislumbrar.

### 1. AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS DE PARTIDA: AS AMBIÇÕES E OS RISCOS DE UM ECLETISMO EXIGENTE

Muito embora parta da tradição marxista, a corrente da regulação tem vindo a constituir-se a partir de uma base fundamentalmente eclética, alimentando-se de contributos provenientes quer das teorias keynesiana e kaleckiana e da escola institucionalista no domínio da ciência económica, quer de pesquisas de história económica no âmbito da escola dos Annales, quer ainda, em alguns casos, das propostas de Bourdieu no domínio da sociologia e de Girard no domínio da antropologia. É, aliás, possível discernir cambiantes muito consideráveis, se compararmos as referências teóricas dos diferentes líderes dessa corrente, de onde resulta o que se pode chamar um efeito de nebulosa teórica, em que a abertura de fronteiras, a ausência de dogmatismo e a fertilidade de sinergias inesperadas podem ter como contrapartida o risco da inconsistência e da incoerência. De momento, porém, iremos concentrar-nos apenas sobre o núcleo central da nebulosa, tal como ele nos é definido nomeadamente por Robert Boyer<sup>4</sup>, autor que ocupa uma posição baricêntrica entre os demais e que se tem revelado capaz de construir um consenso teórico. A par e passo, faremos também referência a outros autores fundamentais como Alain Lipietz<sup>5</sup>, Jacques Mistral e Carlos Ominami<sup>6</sup> e sobretudo como Michel Aglietta<sup>7</sup>, cuja primeira obra permanece o marco fundador desta corrente teórica e cuja trajetória subsequente se tem traduzido pela translação de uma problemática marxista para uma problemática girardina.

Tal como para a teoria marxista, o ponto de partida é a intenção de ultrapassar a perspectiva individualista e a-histórica sobre o económico através da caracterização das relações sociais com base nos conceitos de modo de produção, de articulação de modos de produção e de acumulação do capital, no âmbito de uma formação social historicamente determinada. É portanto visível aqui o legado dos desenvolvimentos marxistas de inspiração estruturalista (Althusser, Poulantzas, Balibar, Fossaert, P. P. Rey, E. Terray) que singraram nos anos 60 e 70. Mas, por outro lado, é também visível a intenção de ruptura com esta tradição quando, para além de se procurar explicar a *reprodução* se procura sobretudo explicar a *crise*, evitando assim o deslizar para a tónica funcionalista que marcou essa tradição. A reprodução é antes encarada como contingente, como dependente de condições que são mutáveis historicamente e que, se em certo momento,

podem garantir uma coerência e «fazer» sistema, podem também vir a perder essa capacidade. Não há, portanto, leis gerais e tendenciais e na dinâmica longa do capitalismo, há antes uma diversidade histórica de *regimes de acumulação do capital* e de *modos de regulação* ou seja, de formas de garantir que, apesar das contradições e da pluralidade de estratégias dos agentes sociais, a reprodução do sistema se torne possível, ainda que parcial, inacabada e transitória.

Ora, para caracterizar a diversidade dos regimes de acumulação e dos modos de regulação, há que construir todo um corpo de conceitos que permita uma análise fina, sensível às especificidades de cada formação social e apoiada numa pesquisa histórica comparativa. Os conceitos centrais manipulados pelos teóricos da regulação foram justamente construídos a partir de uma pesquisa sobre a história do capitalismo americano e francês, tendo por objecto a comparação das crises dos anos 30 e 70 e dos regimes de acumulação e modos de regulação que elas puseram em causa. Foi esta pesquisa que permitiu pôr em evidência a originalidade do *boom* económico do pós-guerra («os 30 gloriosos»), por comparação com os obstáculos ao crescimento económico que marcam o período anterior. Com efeito, neste período, a transformação rápida das condições de produção entrara em contradição com a fraca progressão do rendimento salarial e a reduzida integração dos trabalhadores assalariados na reprodução de conjunto do sistema económico. Pelo contrário, no período posterior a 1945, registou-se um sincronismo entre os acréscimos de produtividade engendrados pela organização científica do trabalho e a expansão de um consumo de massa susceptível de absorver esse potencial de produção, numa base fundamentalmente nacional ou seja autocentrada. É este o princípio genérico do que foi então designado por *fordismo* para assinalar a marca distintiva entre um *regime de acumulação intensiva sem consumo de massa* e um *regime de acumulação intensiva com consumo de massa*. Essa marca distintiva consistiu numa revolução operada não só nos princípios de organização da produção como nos princípios de organização do consumo e, em termos mais gerais, do modo de vida<sup>8</sup>. Parece então decisivo explicitar mais precisamente que *princípios de organização* são estes que permitem superar, por um determinado período, o conflito próprio de todo o processo de acumulação de capital entre o imperativo da valorização e as dificuldades de realização ou seja, o conflito entre, por um lado, expansão das capacidades de produção sob o aguilhão da concorrência e, por outro, a travagem da expansão do consumo provocado pela pressão concorrencial sobre os salários. São estes princípios de organização, designados *formas institucionais*, que induzem um modo de regulação susceptível de viabilizar um determinado regime de acumulação mas também, posteriormente, de o impelir para uma crise. E, como veremos, a crise dos anos 30 e a crise dos anos 70 são de natureza muito diversa, justamente porque os modos de regulação postos em causa por elas também o são.

## 2. O QUADRO CONCEPTUAL DE BASE: DA REGULAÇÃO CONCORRENCIAL À REGULAÇÃO MONOPOLISTA

Depois desta visão de relance sobre algumas das intuições desta corrente teórica, teremos de definir em termos mais precisos alguns dos conceitos aqui utilizados para podermos ilustrar mais amplamente as suas potencialidades.

Ficou claro o papel central desempenhado pelo conceito de *regime de acumulação*. Ele pressupõe certas articulações entre o modo de produção capitalista e os modos de produção não capitalistas, nomeadamente quando estes têm um peso importante na formação social em questão; e define-se como a forma de «repartição e de realocação sistemática do produto social realizando, num período prolongado, uma certa adequação entre transformação das condições de produção (volume do capital investido, sua distribuição entre ramos e normas de produção) e transformação das condições de consumo final (normas de consumo dos assalariados e das outras classes sociais, despesas colectivas, etc.)»<sup>9</sup>.

Como vimos, são *determinadas formas institucionais* que estão na base das regularidades que garantem a reprodução de um regime de acumulação. Daqui decorre uma concepção muito particular sobre a *regulação* do sistema económico, conceito que deve ser clarificado face às ambiguidades semânticas que o caracterizam e à profusão de utilizações de que tem sido objecto recentemente. Com efeito, o conceito de regulação está particularmente associado à teoria dos sistemas e à sua presença transversal nos domínios da cibernética, da biologia, da termodinâmica e de algumas ciências sociais, o que tem sido especialmente explorado no movimento recente de convergência destas ciências em torno dos temas da auto-organização e do paradigma da complexidade<sup>10</sup>. Os teóricos da regulação exprimem claras reservas quanto à utilização deste termo, com base numa abordagem teórica que se pretende transversal em relação às ciências e que não está portanto construída atendendo à especificidade do objecto da ciência económica. Segundo eles, a importação de conceitos próprios da abordagem sistémica deve, pois, ser controlada e atender à especificidade desse objecto, sob pena de deslizar para exercícios metafóricos sem nenhum potencial explicativo<sup>11</sup>.

Mas, por outro lado, estes autores demarcam-se também de algumas utilizações do conceito de regulação que são apenas próprias da ciência económica. Contrariamente ao que é sustentado pela teoria neoclássica, o sistema económico não é um sistema auto-regulado pelo mercado e, portanto, regulação não se confunde com a lógica do mercado e a sua «mão invisível». Por outro lado, o sistema económico também não é um sistema pilotado ou seja, regulado apenas pela intervenção do Estado, seja este conceptualizado como Estado-sujeito (como é próprio da teoria keynesiana<sup>12</sup>) ou como Estado-instrumento da classe dominante (como é próprio da teoria marxista do capitalismo monopolista de Estado — CME<sup>13</sup>).

Na teoria da regulação, o sistema económico aparece regulado por um conjunto de *formas institucionais* que, através de normas, compromissos e valores asseguram a reprodução das relações sociais fundamentais, a coerência do regime de acumulação e a compatibilidade dinâmica do conjunto de decisões descentralizadas que partem dos agentes sociais. Torna-se, portanto, evidente que esta teoria pretende constituir uma alternativa à teoria do equilíbrio geral, fundada sobre a noção de escolhas e estratégias individuais dotadas de racionalidade económica.

Cinco formas institucionais básicas são destacadas por estes autores nas suas pesquisas sobre a história das sociedades capitalistas: as formas de concorrência, as formas da *restrição* monetária, as formas de Estado, a configuração da relação salarial e as modalidades de adesão ao regime internacional. A análise da evolução destas formas institucionais, e do seu impacto sobre a dinâmica económica, permitiu pôr em destaque a sucessão de dois modos de regulação distintos, consoante (a) a validação social das mercadorias e das forças de trabalho oferecidas é simplesmente constatada *ex-post* ou (b) a alta probabilidade da sua realização é integrada *ex-ante* no comportamento dos agentes, permitindo assegurar uma relativa adequação antecipada entre crescimento das capacidades de produção e a procura global. Trata-se da distinção entre *regulação concorrencial* e *regulação monopolista*, a partir da qual foi possível propor uma periodização das sociedades capitalistas centrais. Vejamos então como passam a operar estas diferentes formas institucionais na transição de um para outro modo de regulação.

No que respeita às *formas de concorrência*, torna-se decisiva a constituição de grupos financeiros capazes de impor normas de produção, de programar a procura e de organizar a obsolescência. A concorrência procede já não através de uma guerra de produtos banalizados, mas por uma segmentação dos mercados, e a formação de preços passa de uma lógica concorrencial a uma lógica oligopolística. Os preços de venda são, então, determinados pela aplicação aos custos de produção de uma taxa de margem que, por sua vez, é função de necessidades de financiamento avaliadas a partir de uma planificação do ciclo do produto, lógica que contribui para reduzir e para alargar o horizonte económico das empresas.

Por seu turno, a moeda é aqui concebida não como uma mercadoria particular mas como o instrumento das relações mercantis que se estabelecem entre centros de acumulação, assalariados e outros agentes mercantis<sup>14</sup>. Ora a forma da *restrição monetária* é variável consoante o seu carácter mais ou menos materializado, o maior ou menor desenvolvimento das funções que preenche, o domínio de uma lógica privada ou pública, nacional ou internacional. O modo de regulação monopolista caracteriza-se por mecanismos originais de criação monetária, pois são as necessidades de financiamento das empresas que impulsionam a extensão do crédito bancário e, por esta via, a expansão da massa monetária. Assim, enquanto no sistema do padrão-ouro a detenção de espécies metálicas regulava em per-

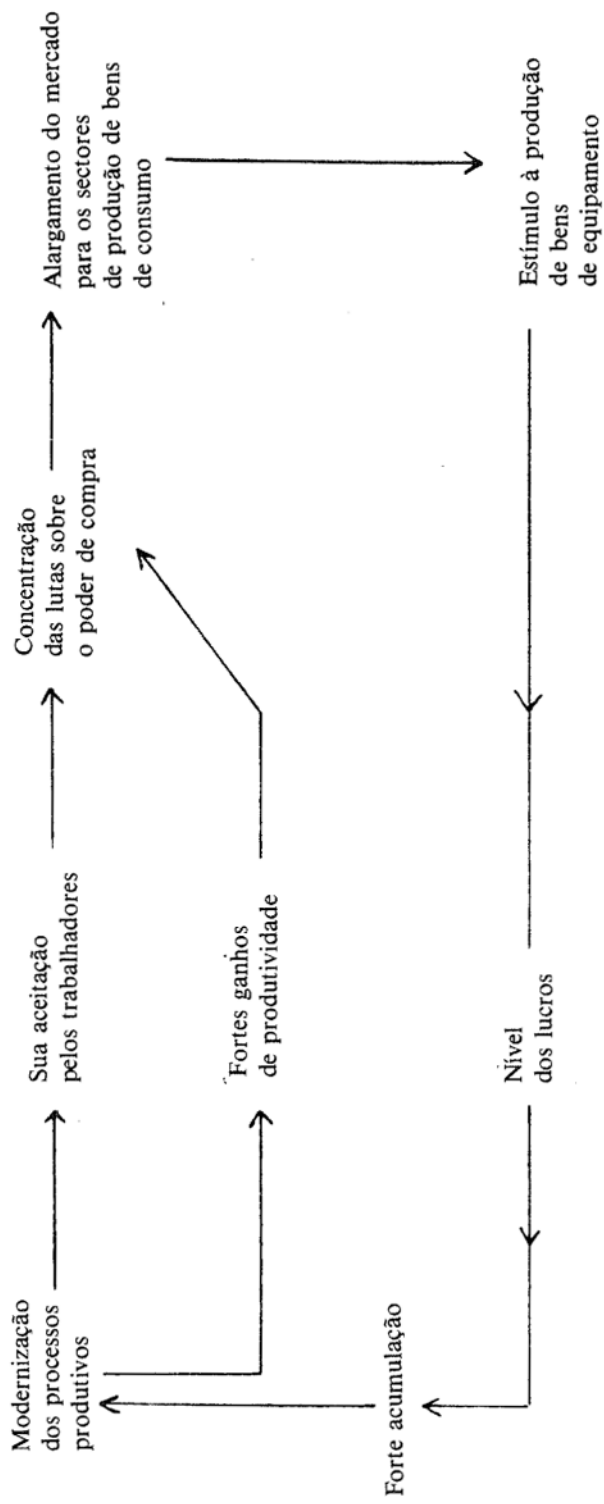
manência as possibilidades de crescimento do crédito interno, neste novo sistema, dito de moeda de curso forçado, essas possibilidades só são limitadas pela convertibilidade externa da moeda. O abrandamento da restrição monetária engendrado por este processo traduz-se então por duas características básicas: uma rede de segurança contra as depressões mas, em contrapartida, uma tensão inflacionista permanente.

O *Estado* conhece ele próprio uma mutação equivalente às precedentes, seja nas suas modalidades de intervenção, seja nas suas formas de organização. Da mera gestão das condições gerais da ordem económica e política, passa a intervir directamente na produção (sector nacionalizado), na protecção social, na génese da procura global (por meio da política orçamental e fiscal), no apoio à modernização do sistema produtivo. Mas, contrariamente à teoria do capitalismo monopolista de Estado, que veiculava uma concepção instrumental e funcionalista do Estado, este é aqui concebido como a totalização contraditória de um conjunto de compromissos institucionalizados consoante a relação de forças políticas que, concedendo uma relativa autonomia à formulação da Política económica e social a transformam num instrumento eficaz quer de controlo, quer também, potencialmente, de amplificação dos desequilíbrios económicos<sup>15</sup>.

Centremo-nos, por fim, nas transformações que atingem a *relação salarial*, ou seja, o conjunto das condições jurídicas e institucionais que regem a utilização do trabalho assalariado assim como a reprodução das condições de existência dos trabalhadores<sup>16</sup>. A relação salarial, pressupondo a separação entre os produtores directos e os seus meios de produção e portanto a venda da força de trabalho, é aqui considerada irreduzível a uma relação mercantil e tão fundamental como esta para a constituição de uma sociedade capitalista no sentido preciso do termo<sup>17</sup>. A um nível mais analítico, a relação salarial pode ser caracterizada a partir de algumas das suas componentes básicas, que permitem de alguma forma explicitar as interconexões que se tecem entre modos de vida, recomposição das classes assalariadas e lógica de acumulação do capital. Referimo-nos aos princípios que configuram: *a*) a organização do processo de trabalho; *b*) a hierarquia das qualificações; *c*) a mobilidade dos trabalhadores; *d*) a formação dos salários directos e indirectos e *e*) a utilização do rendimento salarial.

A relação salarial de tipo *concorrencial*, característica do desenvolvimento capitalista até à I Guerra Mundial, traduz-se por uma grande sensibilidade dos movimentos às flutuações da produção e por uma forte dependência do salário relativamente à conjuntura e, portanto, por uma articulação reduzida e instável do consumo dos assalariados com a produção capitalista. A conjunção de algumas reformas, já ensaiadas antes de 1945, mas só depois de generalizadas ao conjunto das sociedades capitalistas centrais por efeito de movimentos sociais e das necessidades da reconstrução económica, vem a consumir a integração a título permanente dos assalariados nestas sociedades. Emerge então uma relação salarial designada de *mono-*

FIGURA 1



Fonte: BOYER, Robert, *La flexibilité du Travail en Europe*, op. cit., 1986, p. 15



*polista*, de perfil substancialmente diferente: aqui, o direito do emprego mediante o controlo legislativo sobre os despedimentos, associado à extensão da protecção social e à indexação dos salários sobre o custo de vida e sobre os ganhos de produtividade, impostas por mecanismos poderosos de negociação colectiva, passam a garantir uma expansão regular do consumo. Ora, estas transformações revelaram-se decisivas para permitir a absorção dos avanços da produtividade decorrentes das modificações que atingiam, entretanto, as outras componentes da relação salarial: uma incorporação crescente de métodos de organização científica do trabalho e o aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho (Ver. fig. 1).

Encontramos aqui em esboço uma teoria da *transição* nas sociedades capitalistas. Os problemas de realização do capital (ou seja, de sobreprodução) que bloqueavam o *regime de acumulação intensiva sem consumo de massa* e que estão na origem da grande crise dos anos 30 foram progressivamente ultrapassados pela *invenção social* de novas formas institucionais portadoras de um novo modo de regulação, a regulação monopolista. É este novo modo de regulação que, viabilizando um *regime de acumulação intensiva com consumo de massa* engendra um outro *modo de desenvolvimento*, conceito que visa justamente dar conta da conjunção de um modo de regulação e de um regime de acumulação<sup>18</sup>. Sublinhemos também a ideia de *invenção social*, que previne contra o risco de uma perspectiva teleológica sobre o desenvolvimento capitalista: as novas formas institucionais são inventadas ao longo de um processo mais ou menos longo e tortuoso de experimentação seguida de rejeição ou de assimilação, susceptível de impor novos mecanismos económicos e, de, entre vários caminhos possíveis, abrir um caminho de saída para a crise.

Ao cabo e ao resto, o programa de pesquisa da corrente da regulação poderia resumir-se exactamente nisto: na análise ao nível teórico e empírico de processos de génese, maturação e crise de modos de desenvolvimento capitalista. Ora, é neste contexto que a contribuição desta corrente para se compreender a natureza da crise actual se revela particularmente interessante.

### 3. DO DEFLAGRAR DA CRISE À INVENÇÃO DE UM NOVO MODO DE DESENVOLVIMENTO

O diagnóstico da crise parte aqui da distribuição básica entre *pequenas* e *grandes* crises, ou seja, entre, por um lado, crises cíclicas ou crises *dentro* da regulação e, por outro, crises como a dos anos 30 e 70-80, que atingem o próprio modo de regulação. Estas últimas surgem quando os mecanismos associados à regulação em vigor se revelam incapazes de superar as crises cíclicas de um regime de acumulação que se afirmara anteriormente como viável. Trata-se, portanto, de um divórcio entre modo de regulação e regi-



me de acumulação que pode ser desencadeado por três tipos fundamentais de factores<sup>19</sup>:

- perturbações externas ou internas, cuja importância deve ser avaliada não tanto pela sua amplitude, mas pelo grau da sua incompatibilidade com a formação económica em questão;
- lutas sócio-políticas que ponham em causa compromissos institucionalizados que desempenhem um papel central na regulação;
- o esgotamento dos potenciais de crescimento provocado pelo próprio aprofundamento da lógica de regulação em vigor.

Consoante os casos nacionais, estes três tipos de factores de crise podem atingir o conjunto, algumas ou apenas uma das formas institucionais fundamentais. No entanto, a partir de um certo limiar e, nomeadamente, se o conjunto das formas institucionais estiver atingido, se a retoma endógena da acumulação e a reconstituição automática dos lucros já não se revelar possível e se a própria dinâmica da acumulação sapor e destruir essas formas institucionais, estaremos então perante um outro tipo de crise que já não é só do *modo de regulação*, mas do próprio *modo de desenvolvimento*<sup>20</sup>. Sobre o momento é difícil e polémico definir se estamos perante um outro tipo de crise e a segurança do vaticínio depende, em última análise, da precisão com que se puder responder à seguinte pergunta: existe uma saída para a crise no quadro das formas institucionais em vigor, eventualmente modificadas em aspectos marginais ou, pelo contrário, a superação das contradições actuais implica a invenção social de novas formas institucionais?

Se passarmos em revista as manifestações da crise nos últimos anos poder-se-á provavelmente sustentar que as sociedades capitalistas centrais se confrontam actualmente com uma crise do modo de desenvolvimento.

Com efeito, o envelhecimento das indústrias de base, o amadurecimento da procura de bens duráveis, o surto de novas indústrias e de métodos de produção flexíveis conjugam-se para desestabilizar as formas anteriores da *concorrência*, o que, por sua vez, afecta a repartição do lucro e a dinâmica do investimento.

Por seu turno, num contexto de dificuldades em restaurar os lucros, a expansão do *crédito* serve, sobretudo, para socializar os prejuízos e para pseudovalidar os capitais investidos, frequentemente pelo jogo da inflação. O mesmo se passa aliás com as finanças públicas: o endividamento torna-se cumulativo e já não somente contracíclico, o que põe em causa a margem de manobra do Estado-Providência. De resto, a legitimidade do Estado-Providência, da extensão das despesas públicas e das regulamentações redistributivas, antes facilmente aceite, é agora, num período de abrandamento do crescimento, contestada pela sobrecarga fiscal e burocrática que provoca.

Finalmente, no que respeita a relação salarial, é particularmente visí-

vel como a inércia e a cristalização de uma determinada forma institucional pode transformar um «círculo virtuoso» num «círculo vicioso». A coerência entre evolução das *normas de produção* com as *normas de consumo* que era típica do fordismo é posta em causa quando os ganhos de produtividade se esgotam em consequência, entre outros factores, de uma «crise de trabalho», de uma rejeição crescente dos métodos de organização científica do trabalho. Nesta situação, a rigidez dos movimentos do emprego e dos princípios de formação dos salários e a desconexão, por vezes profunda, entre trabalho e remuneração podem entrar em contradição com a restauração das taxas de lucro<sup>21</sup>. A queda da taxa de lucro nestas condições desencadeia o círculo vicioso da estagnação do investimento → travagem do crescimento → redução dos ganhos de produtividade → queda da taxa de lucro. Uma *grande* crise decorre sempre de dificuldades quer de *realização* quer de *valorização* do capital mas, enquanto na crise dos anos 30 predominaram as primeiras, na crise actual são as segundas que predominam<sup>22</sup>.

Se os bloqueios do modo de desenvolvimento actual provêm fundamentalmente do agravamento dos problemas de valorização do capital no contexto de uma regulação de tipo monopolista, as potencialidades das intensas mutações em curso no domínio tecnológico, social, financeiro e mesmo geopolítico, no sentido de superarem a crise actual, devem ser avaliadas pela sua capacidade em restaurar a concordância entre as perspectivas de rendibilidade e as antecipações da procura. Trata-se, porém, aqui, de um problema que não tem uma solução única e que implica, portanto, escolhas e um medir de forças ao nível político. Em qualquer caso, do ponto de vista do cientista social, torna-se crucial detectar em que medida surgem embriões de um novo modo de desenvolvimento na intensa experimentação social em curso e, em consequência, quais poderão ser as características desse novo modo de desenvolvimento.

Com efeito, é esta a matéria dos exercícios de prospectiva a que a corrente da regulação se tem dedicado de acordo com uma metodologia que lhe é específica: caracterizar as transformações operadas nas formas institucionais, avaliar o seu impacte no modo de regulação e modelizar as repercussões que se fazem então sentir no regime de acumulação. Trata-se, portanto, de um trabalho teórico necessariamente interdisciplinar, mobilizando nomeadamente os recursos quer da Economia, quer da História, quer também da sociologia<sup>23</sup>, para estudos comparativos de casos nacionais.

#### 4. CINCO CENÁRIOS PARA A EUROPA: DA FLEXIBILIDADE DEFENSIVA À FLEXIBILIDADE OFENSIVA

Se nos centrarmos agora na experiência europeia, é visível que o discurso dominante sobre a natureza da crise e sobre as terapêuticas recomen-

dáveis tem passado por algumas modificações notáveis. Se, no princípio dos anos 70, a crise era ainda considerada como um conjunto de perturbações localizadas e transitórias decorrentes sobretudo do choque petrolífero e que foram enfrentadas com políticas keynesianas de relançamento da procura, a partir de 77 surge a tese de que os salários são antes de mais um custo que pode pesar sobre os resultados financeiros das empresas e sobre a competitividade externa da economia, dando origem a políticas de moderação salarial com vista a reduzir a inflação e a encorajar o investimento. A partir dos anos 80, face ao prolongamento dos sintomas da crise, esta começa a ser encarada como duradoura e estrutural, reclamando mudanças de fundo no sistema produtivo, na gestão orçamental, na criação monetária e na própria relação salarial, que passa a ser objecto de pressões *de facto* e *de jure* no sentido de uma *flexibilização*.

É nesta fase que os países capitalistas europeus manifestam uma certa convergência nas mudanças institucionais introduzidas ao nível do direito do trabalho e da formação de salários, da negociação colectiva, da organização do trabalho e da protecção social. Porém, uma análise mais fina de diferentes casos nacionais<sup>24</sup> revela diferenças importantes nas *estratégias de flexibilização* postas em prática. Assim, enquanto na RFA o sistema de relações colectivas de trabalho se mostra mais favorável à compatibilização entre as garantias jurídicas conseguidas pelos trabalhadores assalariados e as exigências das mutações económicas e tecnológicas, na França e em Espanha o Estado intervém directamente na liberalização dos movimentos de emprego, pela revisão da legislação laboral no sentido da precarização e pela organização de circuitos emprego — desemprego — formação. Por seu turno, a Itália dá-nos um exemplo de crescente segmentação do mercado de trabalho e do tecido produtivo, de proliferação multiforme da economia subterrânea, como meio de contornar a relação salarial «ultrafordista» que aí caracteriza as grandes empresas. Finalmente, no Reino Unido, a amplitude dos problemas estruturais e da recessão favorecem uma política de ataque frontal a essa relação salarial a qual, embora incapaz de estabelecer um mirífico estado de concorrência pura e perfeita, se traduz numa efectiva regressão social.

Com base nesta experiência recente, Boyer<sup>25</sup> propõe-nos, a título prospectivo, um conjunto de cenários que balizam a evolução possível, homogénea ou diferenciada, do espaço europeu.

No cenário A, um keynesianismo à escala mundial assegura uma retoma do crescimento que permite que a relação salarial fordista se mantenha, sendo apenas inflectida em aspectos marginais.

No cenário Z, o retorno ao mercado, a liberalização, apresentam-se como base de uma nova relação salarial no sentido de uma flexibilização concorrencial que estimule a iniciativa privada.

No cenário R, uma revisão das opções tecnológicas e organizacionais dominantes conduz a uma estratégia de *especialização flexível* com base em equipamentos flexíveis e na procura da polivalência por iniciativa, quer de

uma miríade de PMEs (exemplo da «descentralização produtiva» italiana), quer dos grandes grupos económicos dominando redes de sub-emprego (variante japonesa). Neste caso, o antigo e o novo são conjugados para definir em forma de relação salarial intermédia entre os dois casos precedentes.

No cenário L, a proliferação crescente de formas precárias de emprego e o aprofundamento da segmentação do mercado de trabalho fazem emergir relações salariais muito diferenciadas, «a várias velocidades». As previsões de uma «sociedade dual»<sup>26</sup> enquadram-se neste cenário.

Por fim, no cenário N, assiste-se a uma *internalização* geral da flexibilidade na organização produtiva com negociação das suas formas e com a manutenção da lógica salarial anterior. Este cenário pressupõe que o não agravamento das desigualdades e da marginalização social predomine como objectivo político e que os trabalhadores assalariados aceitem mudanças importantes nos métodos de produção, nas qualificações e nas carreiras profissionais, em troca da estabilidade do emprego e do controlo sobre essas mudanças. Trata-se, em suma, de inventar e negociar formas de *flexibilidade ofensiva* para evitar as formas de *flexibilidade defensiva*, que são socialmente regressivas (precarização do emprego, quebras drásticas do salário, ajustamentos brutais do emprego). Este cenário pressupõe também que se torne claro que a inovação tecnológica não pode ser assimilada se não for acompanhada pela inovação político-social. Porém, esta transformação da relação salarial só pode reencorajar o crescimento económico se for acompanhada de uma política económica global que conduza, tanto a reestruturação produtiva como a gestão da procura global, de forma a evitar os dois riscos opostos que têm vindo a ameaçar as políticas económicas europeias, crescentemente pressionadas pela *contrainte* da competitividade externa<sup>27</sup>: por um lado, o risco de que uma reestruturação demasiado rápida precipite uma contracção da procura e uma depressão cumulativa com quebra do emprego; por outro, o de que uma reestruturação demasiado lenta precipite uma crise da balança comercial, a qual acabará por exigir uma política restritiva que travará também a criação de emprego.

Olhando agora para a evolução recente do espaço europeu<sup>28</sup> cabe perguntar se a dinâmica da crise tem conduzido a uma certa homogeneização ou, pelo contrário, a uma diferenciação crescente dos vários casos nacionais. Ora, dada a importância que a relação salarial tem vindo a assumir como factor de competitividade, torna-se claro que as especificidades nacionais a esse nível têm vindo a prosseguir. Em França, cenário A em 1981, e oscilações entre L e N em seguida. No Reino Unido, cenário Z e, em Itália, cenário R. Quanto à RFA, parece poder explorar o cenário N, embora correndo o risco de cair no L...

Da comparação destes cenários ressalta porém uma oposição de fundo entre estratégias de *flexibilização defensiva* e estratégias de *flexibilização ofensiva*. Enquanto as primeiras radicam na defesa do retorno a um mercado de trabalho mais liberalizado e a uma relação salarial mais concorren-

cial, as segundas radicam na tese de que o que está em causa é a invenção de uma relação salarial que, mantendo as garantias fundamentais dos trabalhadores assalariados, favoreça a emergência de um novo modo de desenvolvimento.

## 5. PARA UMA TIPOLOGIA DE MODOS DE DESENVOLVIMENTO NO TERCEIRO MUNDO

A corrente da regulação tem vindo a alargar o seu objecto de análise aos problemas do desenvolvimento no Terceiro Mundo. A originalidade da sua forma de abordagem decorre aqui de duas constatações básicas<sup>29</sup>:

- a do carácter multiforme e mutável das relações de dominação que estruturam a economia mundial;
- a da diversidade das estratégias de desenvolvimento que caracterizam hoje os países do Terceiro Mundo e que tornam visivelmente simplista a sua classificação conjunta sob os epítetos de «subdesenvolvidos», «dependentes», «periféricos», ou então «em vias de desenvolvimento» os quais, para além dos seus pressupostos teóricos muito distintos, exprimem uma ideia comum: a de exclusão do capitalismo central, do desenvolvimento.

Ora, estão hoje em curso processos de diferenciação, hierarquização e de cooptação no espaço mundial que sugerem que, mais que polemizar sobre a (in)transponibilidade da fronteira entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, há que caracterizar e avaliar essas diversas estratégias de desenvolvimento, tendo em conta que elas estão associadas a regimes de acumulação, a modos de regulação e, mais particularmente, a processos de assalariamento que são diversos.

É nesse sentido que Carlos Ominami<sup>30</sup> propõe uma *tipologia de regimes de acumulação* construída com base em combinações de estratégias de desenvolvimento (Ver fig. 2) e que, na base de uma representação estilizada de um conjunto de tendências fortes, permite distinguir cinco modalidades fundamentais: o regime pré-industrial, o rentista, o de industrialização introvertida, o taylorista, o misto. Como veremos, o impacte da crise actual é aqui muito diferenciado.

As economias de *regime pré-industrial*<sup>31</sup> constituem o arquétipo clássico da economia subdesenvolvida, marcada pelo peso das relações pré-capitalistas de produção, da economia de subsistência e da população ligadas à agricultura, e ainda pelos bloqueios estruturais da acumulação que decorrem da quase ausência de integração sectorial e da extroversão, isto é, da desarticulação entre o sector exportador à base de matérias-primas e o conjunto do aparelho produtivo. Os processos de industrialização dificilmente ultrapassam aqui a combinação simples entre *promoção de exportações* e uma fraca *substituição de importações* já que, por um lado, as nor-

mas de competitividade internacional dificultam a instalação de indústrias de transformação de matérias-primas e que, por outro lado, a dimensão dos mercados e os reduzidos recursos financeiros asfixiam as possibilidades de substituição de importações. Nestas economias dominadas pelo capital mercantil e pelas burguesias compradoras, a única articulação sólida é a que liga o sector exportador ao mercado mundial. Daqui decorre a sua grande vulnerabilidade às flutuações das cotações mundiais e à difusão internacional da crise. A contracção da procura e a deterioração dos termos de troca provocados pela recessão internacional têm assim vindo a aprofundar as tendências para a marginalização destes países nas trocas externas.

FIGURA 2

**Esquema sintético das combinações de estratégias no interior dos diferentes regimes de acumulação**

<b>REGIMES DE ACUMULAÇÃO</b> \ <b>ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>Substituição de importações</b>	<b>Promoção de exportações</b>	<b>Substituição de exportações</b>
Pré-industrial	+	++	
Rentista	++	+++	—
De industrialização introvertida	++	++	
Taylorista	+	+	+++
Misto	+++	++	++

*Legenda*

Importância de cada estratégia:

+ = fraca; ++ = média; +++ = forte; — = negativa

Fonte: OMINAMI, Carlos, *Le tiers monde dans la crise*, op. cit., 1986, p. 121.

As economias de *regime rentista*<sup>32</sup> tendo por base a exportação do petróleo, combinam uma forte promoção de exportações com uma substituição de importações de extensão variável e diferenciam-se do primeiro tipo de economias pela natureza particular da renda petrolífera e pelas possibili-



dades de transformação das estruturas produtivas que esta abre. Com efeito, a expansão da renda petrolífera liberta parcialmente estes países das restrições financeiras que pesam sobre a industrialização e permite, inclusive, içá-los ao estatuto de potências financeiras de primeira ordem, o que se tornou particularmente visível a partir do choque petrolífero de 1973-74. No entanto, esta explosão de disponibilidades financeiras e de capacidade de importação tem vindo a desencadear um conjunto de efeitos perversos sobre a dinâmica interna dos processos de acumulação, que Ominami apelida de «verdadeira intoxicação petrolífera»<sup>33</sup>: o aniquilamento das restantes exportações, o desencorajamento da actividade agrícola, a expansão vertiginosa da procura de bens de luxo, os projectos industriais sobredimensionados revelam, em suma, que riqueza não é sinónimo de desenvolvimento — as estruturas internas destes países não foram transformadas ao ponto de poderem assimilar esta explosão de novos recursos.

As economias de *industrialização introvertida*<sup>34</sup>, marcadas por estratégias de substituição de importações, caracterizam-se em contrapartida pelo papel decisivo desempenhado pelo mercado interno na absorção da produção industrial. No entanto, para financiar a importação dos bens de equipamento e das matérias-primas necessárias a essa produção industrial, estas economias dependem fortemente do andamento das suas exportações, que tendem a fixar-se em produtos primários, já que a fraca competitividade externa dos produtos industriais dificulta a implementação de uma estratégia de substituição de exportações. Esta dependência relativamente ao sector primário-exportador traduz a diferença entre uma *industrialização introvertida* e uma *industrialização autocentrada*. Por outro lado, a expansão do mercado interno é outra necessidade premente deste regime de acumulação que não é fácil de satisfazer uma vez que a progressão do salário real é permanentemente travada pela pressão sobre os custos em mão-de-obra decorrente dos reduzidos ganhos de produtividade impostos pelo fraco nível das economias de escala. São estas fragilidades endógenas que, associadas à quebra das cotações das matérias-primas exportadas e às dificuldades de acesso ao financiamento internacional, explicam a gravidade atingida pela crise nestas economias, nomeadamente a partir de 1980.

Por seu turno, as *economias taylorianas* apresentam-nos hoje os resultados de um regime de acumulação dominado por uma estratégia de *substituição de exportações*. Tratando-se de países como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e ainda com certos limites, a Tailândia, Malásia e Filipinas, a sua associação com países como Espanha, Portugal e Jugoslávia, sob um rótulo oficial tão discutível como o de «novos países industriais», só pode contribuir para ocultar as especificidades do seu rápido crescimento nas décadas de 60 e 70. A aposta em indústrias intensivas em trabalho, apoiadas na gestão taylorista e liberal de uma mão-de-obra abundante, barata e relativamente instruída, permitiram uma forte penetração nos mercados internacionais. Este primeiro impulso de crescimento traduziu-se num adensamento da malha industrial através de uma progressiva subida a



montante dos sectores de exportação, por forma a dominar sectores de produção de bens intermédios e mesmo de equipamento. Esteve, portanto, também aqui em marcha uma estratégia de substituição de importações mas, desta vez, subordinada à lógica de uma estratégia de substituição de exportações. A orientação prioritária da produção para o mercado externo permitiu, assim, proteger o processo de industrialização de alguns dos estrangulamentos já enunciados da industrialização introvertida mas, em contrapartida, tornou estas economias muito vulneráveis à quebra das exportações na produção industrial verificada a partir dos anos 80. Se bem que a crise não tenha adquirido aqui proporções tão graves, há problemas cruciais que se colocam a estes países do ponto de vista da passagem de uma acumulação de dominante *extensiva* a uma acumulação de dominante *intensiva*: as dificuldades de reorientação da especialização internacional para indústrias mais intensivas em capital, os conflitos de repartição do rendimento num contexto de travagem do crescimento e das possibilidades de financiamento e, nalguns casos, a desarticulação entre agricultura e indústria.

As economias de *regime misto* apresentam as formas mais sofisticadas de acumulação do capital no Terceiro Mundo. Pressupondo um mercado interno vasto, como é o caso do Brasil, México e Índia, elas combinam, com intensidades diversas, estratégias de promoção de exportações, de substituição de exportações e de substituição de importações, embora com predominância desta última. Estas economias diferenciam-se das *taylorianas* pelo maior grau de articulação entre, por um lado, os ramos de produção e, por outro, a produção e o consumo, o que traduz justamente o papel central desempenhado pelo mercado interno; e diferenciam-se das economias de *industrialização introvertida* pela produção de bens de consumo duradouro voltada para vastas classes médias e pelo maior peso dos produtos industriais no conjunto das exportações. Além disso, se a abertura ao exterior é reduzida ao nível das mercadorias, é pelo contrário considerável ao nível dos investimentos directos, desenvolvendo um processo dito de «internacionalização internalizada», com base na tripla aliança entre firmas multinacionais, capital nacional e Estado, cuja presença é marcante em todos os domínios. No conjunto, a especificidade da crise actual nestes países parece decorrer, seja dos graves problemas de financiamento desta dinâmica de industrialização, seja sobretudo de um desajustamento entre as formas institucionais e os requisitos de um núcleo já poderoso de indústrias fordistas.

No sentido de caracterizar regimes de acumulação que traduzem ainda mais nitidamente casos de fronteira entre o centro e a periferia. Alain Lipetz<sup>35</sup> propõe a noção de *fordismo periférico*, eventualmente aplicável aos países da Europa do Sul<sup>36</sup>. Esta noção visa justamente dar conta de situações de transição incompleta para um *regime de acumulação intensiva com consumo de massa* na medida em que apresentam:

- por um lado, mecanismos de articulação entre a acumulação intensiva e o crescimento dos mercados, assim como uma dinâmica de consumo de massa baseada nas classes médias e nas fracções da classe operária inseridas nos sectores fordistas, o que se exprime nomeadamente por um acesso crescente a bens de equipamento doméstico;
- mas, por outro lado, uma incapacidade de garantir o controlo dos segmentos mais qualificados dos circuitos produtivos mundiais relativos, seja à fabricação qualificada, seja sobretudo a engenharia, de onde decorre uma predominância dos postos de trabalho de execução e de montagem sem qualificação, o que é particularmente visível nas implantações das firmas transnacionais. Além disso, o escoamento da produção depende, numa fracção importante, das exportações para o centro de produtos manufacturados a baixo preço. «Assim, o crescimento da procura social (que é uma procura social mundial) nomeadamente para os bens de equipamento doméstico é de facto antecipado, mas não se encontra institucionalmente regulado sobre uma base nacional em função dos ganhos de produtividade dos sectores fordistas locais»<sup>37</sup>.

Esta tipologia de regimes de acumulação permite também fazer ressaltar as especificidades da crise actual nos países do Terceiro Mundo por comparação com os países capitalistas centrais. Enquanto nestes a travagem do crescimento se verifica mais cedo e decorre, entre outros factores, da institucionalização crescente do salariado, nos primeiros, a travagem do crescimento só ocorre no fim da década de 70 sob o impacte do monetarismo central e é agravada por bloqueios endógenos, como sejam a fragilidade da regulação de conjunto, as desarticulações sectoriais e, justamente, a incipiência do processo de assalariamento e de institucionalização da relação salarial. Com efeito, uma das características fundamentais dos países do Terceiro Mundo é o desajustamento entre este processo e as normas de produção e de consumo que são dominantes internacionalmente, e que eles tendem a interiorizar, gerando desregulações em cadeia.

A análise destas desregulações permitem a Ominami mostrar como a industrialização no Terceiro Mundo passa efectivamente por uma via estreita: de um lado, o risco de uma *crise de valorização* do capital devido à elevação da intensidade capitalística e à dificuldade de tirar partido das economias de escala; do outro, o risco de uma *crise de realização* decorrente da incipiência do mercado interno e da dificuldade de conquistar e manter mercados externos.

## 6. PARA UMA PERIODIZAÇÃO DAS METAMORFOSES DA ECONOMIA MUNDIAL: O TERCEIRO MUNDO JÁ NÃO É O MESMO

Ominami<sup>38</sup> propõe também uma perspectiva original sobre a evolução das relações Norte-Sul. Com efeito, a inserção do Terceiro Mundo nas trocas comerciais, nos fluxos de investimento directo e nas finanças internacionais passou por transformações de grande amplitude e provocou uma profunda diferenciação entre estes países. O autor defende então a tese<sup>39</sup> de que cada *sistema de hegemonia* dá lugar a uma modalidade específica de articulação do Terceiro Mundo com a potência dominante.

No período de hegemonia inglesa, o agora chamado Terceiro Mundo desempenhava um papel muito activo como fornecedor de matérias-primas, como mercado para a indústria inglesa e ainda como escoamento para os fluxos emigratórios europeus. Porém, a transição de um regime de acumulação extensiva para um regime de acumulação intensiva com consumo de massa nos países do centro introduz nestes alterações fundamentais: o ponto nevrálgico do sistema produtivo deixa de ser a articulação entre agricultura e indústria para passar a ser a articulação entre os diferentes ramos da indústria, e a coerência do regime de acumulação deixa de depender tanto dos mercados do Terceiro Mundo, para passar a depender, sobretudo, do mercado interno aos países do centro, os quais procedem ao que se poderia chamar de movimento de «autocentramento colectivo». Ora, estas alterações coincidem com a estruturação da hegemonia americana que, no pós-guerra, se traduz por uma exclusão relativa do Terceiro Mundo da economia mundial, crescentemente dominada por fluxos de mercadorias e de investimento entre os países do centro. Sublinhe-se, no entanto, que este processo de exclusão relativa do Terceiro Mundo não impede que este tenha prosseguido uma dinâmica de crescimento *extrovertido* ou seja, uma dinâmica em que produção para o mercado mundial se articula com a actividade industrial sobretudo a nível financeiro e pouco ao nível produtivo e tecnológico, contrariamente ao que acontece nos países do centro.

Durante os anos 70, quando a crise da hegemonia americana é já patente, assiste-se a uma nova fase marcada pelo reforço do papel de alguns países do Terceiro Mundo nas exportações e nos fluxos financeiros mundiais. Ora, segundo Ominami<sup>40</sup>, este processo traduz sobretudo uma reintegração selectiva na economia mundial, uma diferenciação do Terceiro Mundo e uma fragmentação do sistema centro-periferia, estando neste momento, em constituição um *sistema de economia mundial* (SEM), no qual alguns dos países em desenvolvimento conseguem integrar-se. Este sistema de economia mundial<sup>41</sup> não se confunde nem com a economia mundial, nem com a noção de economia-mundo, e apresenta-se como uma rede de relações entre segmentos de economias nacionais. Esta rede não segue portanto necessariamente o traçado das fronteiras nacionais e define um espaço económico cada vez mais integrado, onde as normas de produção e de consumo tendem a homogeneizar-se. Neste contexto, uma clivagem pro-

funda divide doravante o Terceiro Mundo, entre os países condenados a uma marginalização internacional crescente e os países que podem aspirar à cooptação pelo sistema de economia mundial.

Torna-se assim visível a distância que separa estas teses, quer das teorias evolucionistas ligadas aos trabalhos de Hoselitz<sup>42</sup> e Rostow<sup>43</sup>, quer das teorias da dependência associadas a autores como A. Gunder Frank<sup>44</sup> e Samir Amin<sup>45</sup>. Estando as fragilidades das primeiras teorias já bastante demonstradas, a crítica parece concentrar-se nestas últimas. Segundo Ominami<sup>46</sup>, as teorias da dependência apresentam dificuldades crescentes em explicar o processo actual de diferenciação do Terceiro Mundo, por vários motivos. Porque estão construídas sobre uma fase histórica em que predominam a dominação imperialista, a acumulação extensiva e a regulação concorrencial, perdendo, portanto, parte da sua pertinência com a emergência de regimes de acumulação intensiva com consumo de massa e, sobretudo, com a constituição em curso de um sistema de economia mundial. Porque não dispõem de um *corpus* teórico suficientemente fino para darem conta da diversidade e da diversificação de regimes de acumulação e de formas institucionais. E, finalmente, porque pressupõem uma antinomia absoluta entre dependência e independência. Ora, se nos deslocarmos das abordagens deterministas inspiradas pela física clássica para as abordagens sistémicas, apercebemo-nos de que um sistema aberto pode conquistar a sua autonomia através da dependência face ao exterior. As trocas com o exterior podem traduzir-se em empobrecimento ou em enriquecimento interno: tudo depende da natureza das trocas e da capacidade do sistema em conquistar autonomia.

Assim, e ainda segundo o autor<sup>47</sup>, se a corrente da regulação contribui para explicar a lógica de *fraccionamento* do espaço mundial e as teses do sistema económico mundial contribuem para explicar a lógica da sua *unificação*, a articulação destes dois contributos poderá seduzir como um filão teórico prometedora.

## 7. PRECAUÇÕES, FRAGILIDADES E ATRACTIVOS

Qual o campo empírico de aplicabilidade dos conceitos que acabámos de enunciar, desde os de regulação concorrencial e monopolista aos dos diferentes tipos de crise e de regime de acumulação? Os autores desta corrente teórica são cautelosos nessa matéria e previnem repetidamente contra os perigos de uma nova escolástica, que consistiria em transpor mecanicamente estes conceitos para a análise de outros casos nacionais: trata-se de «utilizar o método e não os resultados, para analisar e definir outros modos de regulação e de desenvolvimento». O que implica, portanto, que o investigador empenhado nesta tarefa saiba proceder a um estudo histórico e sociológico sobre as formas institucionais, as classes e as forças sociais, a uma modelização do regime de acumulação atendendo às suas particulari-

dades e a uma caracterização da regulação do conjunto. Só por esta via se pode «elaborar progressivamente noções intermédias e modelos específicos, transformando as abordagens da regulação numa verdadeira alternativa acerca dos problemas do desenvolvimento»<sup>48</sup>.

O programa de pesquisa é ambicioso. As fragilidades teóricas são visíveis e começam agora a ser objecto de debate<sup>49</sup>, no que respeita às opções feitas ao nível da teoria do valor e das teorias das classes ou do Estado que estão implícitas na corrente da regulação. As suas implicações políticas são também múltiplas e polémicas<sup>50</sup>. Mas ficar-nos-á porventura a sedução de um ecletismo exigente, ao nível teórico e empírico, e ousado, em matéria de prospectiva. Ora, sem prospectiva, não há saída da crise.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma panorâmica sobre as diferentes teorias económicas acerca da crise actual v. nomeadamente André Grjebine (org.) *Théories de la crise et politiques économiques*, Ed. du Seuil, Points, 1986.

<sup>2</sup> Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme — l'expérience des États-Unis*, Paris, Calmann-Lévy, 1982 (1.<sup>a</sup> ed. 1976), p. IX.

<sup>3</sup> Robert Boyer, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris, La Découverte, 1986, pp. 37-39.

<sup>4</sup> V. nomeadamente:

— Robert Boyer, «La crise actuelle: une mise en perspective historique. Quelques réflexions à partir d'une analyse du capitalisme français en longue période», *Critiques de l'économie politique* n.º 7/8, Abril-Setembro de 1979, pp. 3-113.

— Robert Boyer e Jacques Mistral, *Accumulation, inflation, crises*, PUF, 1983 (1.<sup>a</sup> ed. 1978)

— Robert Boyer (org.), *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, La Découverte, 1986.

— Robert Boyer (org.), *Capitalismes fin de siècle*, Paris, PUF, 1986.

<sup>5</sup> V. nomeadamente:

— Alain Lipietz, *Crise et inflation, pourquoi?*, Paris, Maspéro, 1970.

— Alain Lipietz, *Le monde enchanté. De la valeur à l'envol inflationniste*, Paris, La Découverte-Maspéro, 1983.

— Alain Lipietz, *L'audace ou l'enlisement*, Paris, La Découverte, 1984.

— Alain Lipietz, *Mirages et miracles. Problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*, Paris, La Découverte, 1985.

<sup>6</sup> V. nomeadamente:

— Carlos Ominami, *Croissance et stagnation au Chili: éléments pour l'étude de la régulation dans une économie sous-développée*, tese de doutoramento de 3.º ciclo, Paris, Universidade de Paris X — Nanterre, 1980.

— Carlos Ominami, *Le tiers monde dans la crise*, Paris, La Découverte, 1986.

<sup>7</sup> V. nomeadamente:

— Michel Aglietta, *op. cit.*, 1982 (1.<sup>a</sup> ed. 1976).

— Michel Aglietta e André Orléan, *La violence de la monnaie*, Paris, PUF, 1982.

— Michel Aglietta e Anton Brender, *Les métamorphoses de la société salariale*, Paris, Calman-Lévy, 1984.

— Michel Aglietta, *La fin des devises clés. Essai sur la monnaie internationale*, Paris, La Découverte, 1986.

<sup>8</sup> Este entendimento do *fordismo* no sentido lato, enquanto mutação do modo de vida é particularmente nítido no texto de António Gramsci, «Americanismo e Fordismo» in *Obras Escolhidas*, Lisboa, Estampa, 1974, volume II, pp. 135-186.

<sup>9</sup> Alain Lipietz, *Accumulation, crises et sorties de crise: quelques réflexions méthodologiques autour de la notion de régulation*, Paris, Centre d'études prospectives d'économie mathématique appliquées à la planification (CEPREMAP), n.º 8409, 1984, P. 18.

<sup>10</sup> V. nomeadamente:

— Ilya Prigogine, Isabelle Stengers, *La nouvelle alliance-métamorphose de la science*, Paris, Gallimard, 1986 (1.ª ed. 1979), edição portuguesa na Gradiva.

— Université des Nations Unies, Colloque de Montpellier, *Science et Pratique la complexité*, Paris, La Documentation Française, 1986.

— Edgar Morin, *Science avec conscience*, Paris, Fayard, 1982.

— Edgar Morin, *Ciência com Consciência*, n.º 32 da col. («Biblioteca Universitária»), Publicações Europa-América.

<sup>11</sup> V. R. Boyer, *La théorie de la régulation...*, *op. cit.*, p. 30

— M. Aglietta, *Régulation et crises...*, *op. cit.*, prefácio à 2.ª edição.

<sup>12</sup> Conceção que ressalta claramente na obra clássica de John Maynard Keynes, *Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda*, 1936.

<sup>13</sup> V. nomeadamente a obra de Paul Boccard, *O capitalismo monopolista de Estado*.

<sup>14</sup> V. a concepção sobre a moeda proposta por M. Aglietta, *La violence de la monnaie*, *op. cit.*, 1982.

<sup>15</sup> V. Ch. André, Delorme, R. Delorme, *L'État de l'économie*, Paris, Ed. du Seuil, 1983.

<sup>16</sup> Robert Boyer, «Les transformations du rapport salarial dans la crise: une interprétation de ses aspects sociaux et économiques», *Critiques de l'économie politique* n.º 15/16, Abril-Junho de 1981, pp. 185-227.

<sup>17</sup> R. Boyer, *La théorie de la régulation...*, *op. cit.*, 1986, p. 44.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 60.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 64.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 69.

<sup>21</sup> Robert Boyer, «Les transformations du rapport salarial dans la crise», *op. cit.*, 1981.

<sup>22</sup> Robert Boyer, «La crise actuelle: une mise en perspective...», *op. cit.*, 1979.

<sup>23</sup> Uma das tentativas mais sofisticadas, e também mais polémicas, de mobilização dos recursos sociológicos pode encontrar-se em Michel Aglietta, *Les métamorphoses de la société salariale...*, *op. cit.*, 1984.

<sup>24</sup> Robert Boyer, *La flexibilité du travail en Europe*, *op. cit.*, 1986, p. 231 e segs.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, pp. 281-286.

<sup>26</sup> J. Amado, e C. Stoffaes, «Vers une socio-économie duale», *La société française et la technologie*, Paris, La Documentation Française, 1980.

<sup>27</sup> Robert Boyer e Pascal Petit, «Progrès technique, croissance et emploi», in *Revue économique*, Novembro de 1981, p. 1146.

<sup>28</sup> Robert Boyer, *La flexibilité du travail en Europe*, *op. cit.*, 1986, p. 291 e segs.

<sup>28</sup> Seguiremos aqui, sobretudo, a conceptualização proposta por Carlos Ominami, *Le tiers monde dans la crise*, que perspectiva a problemática da economia mundial mais do ponto de vista do Terceiro Mundo. Para um texto igualmente importante, mas perspectivado mais do ponto de vista dos países do centro, v. Jacques Mistral, «Régime international et trajectoires nationales» in Robert Boyer (org.), *Capitalismes fin de siècle*, *op. cit.*, 1986, pp. 167-201.

<sup>30</sup> Carlos Ominami, *Le tiers monde dans la crise*, *op. cit.*, pp. 120 e segs.

<sup>31</sup> Os casos referidos pelo autor são, nomeadamente, o Chade, Bangladesh, Etiópia, Nepal, Mali, Zaire, Tanzânia, Uganda, Quênia, Mauritânia, Camarões.

<sup>32</sup> Os casos referidos pelo autor são aqui a Líbia, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Síria, Venezuela e Koweit.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. 128.

<sup>34</sup> O autor reporta-se aqui aos exemplos iniciais da América Latina, aos exemplos, mais

típicos actualmente, da Colômbia, Perú, Egipto e Marrocos, e aos exemplos mais recentes da Costa do Marfim e da Nigéria.

<sup>35</sup> Alain Lipietz, «L'impérialisme, ou la bête de l'apocalypse — modestes considérations sur la mouvante division internationale du travail», *Les temps modernes* n.º 447, Outubro de 1983, pp. 758-785. Este texto encontra-se parcialmente integrado em A. Lipietz, *Mirages et miracles*, *op. cit.*, 1985.

<sup>36</sup> Referências explícitas quanto à aplicabilidade dos conceitos da corrente da regulação ao caso português são feitas por autores, entre outros, como Augusto Mateus, Daniel Bessa, José Freire de Sousa, Maria João Rodrigues, Isabel Salavisa, António Milhomens, etc., no domínio da Economia, e como Boaventura de Sousa Santos e José Reis, no domínio da Sociologia. A alusão a estes trabalhos extravaza, no entanto, o objectivo limitado deste artigo e mereceria, só por si, outros artigos e iniciativas científicas.

<sup>37</sup> Alain Lipietz, *op. cit.*, p. 759.

<sup>38</sup> Carlos Ominami, *op. cit.*, 1986, pp. 174 e segs.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 165.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 174.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, p. 176.

<sup>42</sup> B. F. Hozelitz, *Economic growth in Latin America*, Estocolmo, 1960.

<sup>43</sup> W. W. Rostow, *The World Economics*, Londres, McMillan, 1978.

<sup>44</sup> Andre Gunder Frank, *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, Paris, Maspéro, 1972 e *Crisis in the Third World*, Londres, Heinemann, 1981.

<sup>45</sup> Samir, Amin, *Le Développement inégal*, Paris, Ed. de Minuit, 1973, *La crise de l'impérialisme*, Paris, Ed. de Minuit, 1975 e *La crise, quelle crise?*, Paris, Maspéro, 1982.

<sup>46</sup> Carlos Ominami, *op. cit.*, 1986, pp. 185 e segs.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 186.

<sup>48</sup> Robert Boyer, *La théorie de la régulation*, *op. cit.*, 1986, p. 114.

<sup>49</sup> Referimos entre outros:

— Ch. Barrère, G. Kebabdjian e O. Weinstein, «L'accumulation intensive, norme de lecture du capitalisme?», *Revue économique* n.º 3, Maio de 1984, pp. 479-507.

— A. Galibert e J. Pisani-Ferry, «Y a-t-il une école de la régulation?», *Problèmes économiques*, n.º 1984, 23 de Julho de 1986.

— S. C. Koln, *Philosophie de l'économie*, Paris, ed. du Seuil, 1986.

— C. Palloix e Ph. Zarifian, *De la socialisation*, Paris, Maspéro, 1980.

— Ch. Paveigne, (1984), «Les régulateurs: un réformisme du temps de crise», *La cause communiste* n.º 8, 1984, pp. 35-49.

<sup>50</sup> Destacamos as obras onde as propostas de política feitas — com contrastes muito sensíveis — por estes autores, são mais visíveis:

— Michel Aglietta, *Les métamorphoses de la société salariale*, *op. cit.*, 1984.

— Alain Lipietz, *L'audace ou l'enlèvement*, *op. cit.*, 1984.

— Robert Boyer, *La flexibilité du travail en Europe*, *op. cit.*, 1986.

— Carlos Ominami, *Le tiers monde dans la crise*, *op. cit.*, 1986.